

## **RELAÇÕES ENTRE A AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E O SILENCIAMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin – UEPG – [audiboutim@hotmail.com](mailto:audiboutim@hotmail.com)

Simone de Fátima Flach – UEPG – [eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

A proposta político-educacional que possibilita a atuação de militares em escolas públicas, especialmente no espaço destinado à gestão educacional, não é recente, mas ganhou maior visibilidade quando houve incentivos do Governo Federal por meio do lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2019.

Inúmeros municípios e estados aderiram ao Programa, abrindo espaço escolar para atuação de militares (egressos do corpo de policiais, bombeiros e forças armadas). No estado do Paraná, em 2021, 216 escolas iniciaram as atividades escolares sob a “vigilância” de diferentes egressos das forças de segurança (194 com policiais militares e 12 com as Forças Armadas).

Em 2023, sob nova gestão, o Governo Federal anunciou a descontinuidade do PECIM. No entanto, o governo paranaense, em ato de enfrentamento e para atender interesses de grupos conservadores, optou pela ampliação de escolas cívico-militares de modo a assumir as 12 escolas sob a batuta das forças armadas e ampliar o número total de escolas nesse modelo para o número de 400 no ano de 2024.

Inserido em tal contexto, o presente texto tem por objetivo identificar relações entre a ampliação da oferta de escolas cívico-militares e o possível silenciamento de estudantes, visto que a proposta tem, dentre suas premissas a hierarquização das relações pessoais e o disciplinamento dos alunos, os quais devem se “moldar” às normas estabelecidas para garantir sua permanência no contexto escolar.

Para tanto, sob a luz do materialismo histórico e dialético e a partir de pesquisa bibliográfica e documental, o texto apresenta considerações a respeito do movimento estudantil em escolas públicas paranaenses, identifica as escolas ocupadas pelos estudantes secundaristas e posteriormente militarizadas e indica as possíveis relações entre o processo de militarização e o silenciamento de estudantes, visto que as ações empreendidas poderão cercear o desenvolvimento de jovens capazes de pensar de forma independente, de agir em prol de objetivos que atendam seus interesses e,

consequentemente, colaborarão para a formação de sujeitos subservientes aos interesses hegemônicos, conforme já apontado em outros estudos (Boutin *et al*, 2022), (Boutin; Flach, 2023).

## ENTRE A RESISTÊNCIA E O CONSENSO PASSIVO

A aquisição do pensamento crítico e autônomo é movimento dialético, no qual as classes subalternizadas não aceitam passivamente as contradições sociais e se organizam politicamente. O movimento de ocupações secundaristas de 2016 situa-se nesse processo, tendo sido desenvolvido diante ao descaso das classes dirigentes e dominantes em relação à educação pública, fazendo emergir a consciência política dos estudantes sobre os seus direitos e sobre a importância de sua organização ativa.

Como estratégia para frear a luta social, preservar a estrutura hegemônica e fragilizar o desenvolvimento da consciência crítica, as classes dominantes interferem nos modos de ser, pensar e agir das classes subalternizadas, usando a educação como um instrumento político, que conforma, apazigua os conflitos sociais e dissemina um pensamento que se alinha às suas perspectivas políticas e ideológicas.

A militarização de escolas é uma estratégia fundamentada em valores como hierarquia, ordem, disciplina e respeito as estruturas sociais, convertendo-se em instrumento que promove o conformismo e o cerceamento do livre pensamento, conservando a divisão da sociedade entre aqueles que decidem e aquele que obedecem.

A partir desse debate, consideramos haver uma relação entre o fato de o Paraná ter sido o estado brasileiro com maior número de escolas ocupadas em 2016 (das 1.197 instituições ocupadas em todo o Brasil, 844 eram paranaenses) e também ter, hoje, o maior número de escolas militarizadas. Desse modo, existe uma relação entre a organização política dos jovens e um projeto político que visa desmobilizar a juventude e cercear a sua organização política.

Com o intuito de disseminar a educação militarizada, a Secretaria de Educação do Paraná – (SEED/PR), por meio do edital nº 101/2023 divulgou uma lista com 127 escolas para a realização de processo de Consulta Pública visando a militarização. Isso poderia significar que 343 escolas estariam militarizadas no ano de 2024. No entanto, a consulta pública não ocorreu da forma como o governo esperava, sendo que algumas resistiram e votaram “não à militarização”, demonstrando que há resistência ao modelo.

Os dados relativos às escolas ocupadas em 2016, que já foram militarizadas, que constam na proposta para militarização e que aceitaram ou não a medida estão expressos na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação entre o total de escolas ocupadas em 2016, já militarizadas e em processo de militarização

NRE	Escolas ocupadas em 2016	Escolas ocupadas já militarizadas	Escolas ocupadas em processo de consulta pública para militarização	Resultado da Consulta pública		Total de escolas ocupadas em 2016 militarizadas ou em processo de militarização
				Sim	Não	
AMNORTE	53	08	07	02	05	10
AMSUL	63	09	11	04	07	13
Apucarana	26	05	02	01	01	06
Assis Chateaubriand	10	01	00	00	00	01
Campo Mourão	21	06	00	00	00	06
Cascavel	49	03	06	02	04	05
Cianorte	12	01	00	00	00	01
Curitiba	86	10	19	8	11	18
Cornélio Procópio	05	00	02	00	02	00
Dois Vizinhos	15	01	01	01	00	02
Francisco Beltrão	35	02	01	01	00	03
Foz do Iguaçu	44	07	02	00	02	07
Goioerê	13	01	00	00	00	01
Guarapuava	21	03	00	00	00	03
Ibaiti	04	01	00	00	00	01
Irati	13	04	00	00	00	04
Ivaiporã	24	02	00	00	00	02
Jacarezinho	10	03	02	02	00	05
Laranjeiras do Sul	39	02	02	01	01	03
Londrina	53	05	07	07	00	12
Loanda	06	00	01	00	01	00
Maringá	38	05	00	00	00	05
Paranaguá	33	05	01	01	00	06
Pato Branco	37	07	01	01	00	08
Paranavaí	13	01	00	00	00	01
Pitanga	12	01	00	00	00	01
Ponta Grossa	39	07	05	03	02	10
Telêmaco Borba	04	01	00	00	00	01
Toledo	25	05	01	01	00	06
Umuarama	13	00	02	00	02	00
União da Vitória	13	01	00	00	00	01
Wenceslau Bráz	15	03	00	00	00	03
<b>Total</b>	<b>844</b>	<b>110</b>	<b>73</b>	<b>35</b>	<b>38</b>	<b>145</b>

Fonte: Dados de pesquisa (2023). Sistematizados pelas autoras (2023)

Os dados indicam que das 844 escolas participantes das ocupações em 2016, 110 (50, 92%) tornaram-se instituições civicos militares, até o ano de 2023. Das 127 escolas em processo de consulta pública, 73 foram cenários das lutas estudantis. Dessas, a

comunidade de 35 instituições optou pela implementação do modelo cívico militar e 38 disseram não a proposta.

Em resposta à resistência das instituições ao projeto de militarização das escolas, o governo estadual lançou os editais n° 109/2023; 110/2023; 112/2023 com uma relação de 28 escolas que realizarão nova consulta pública para o processo de militarização. Essa iniciativa, indica possível relação entre a militarização e um projeto político de cunho conservador que objetiva o silenciamento dos estudantes e o cerceamento do seu pensamento crítico. Nesse projeto, as classes dominantes buscam o consenso passivo das massas, impondo concepções de mundo, que esvaziam a ação política e convencem as pessoas que “o mundo caminha’ numa certa direção”. (Gramsci, 2014, p. 449)

Em que pese à necessidade da resistência, a primeira escola ocupada em 2016, caracterizada como o estopim para as demais ocupações, sucumbiu à pressão do governo do estado e optou pela militarização em 2024, indicando consenso passivo e a aceitação da “inelutabilidade da própria ação” (Gramsci, 2014, p. 449).

## CONCLUSÕES

O movimento estudantil mostrou em 2016, que seria necessário quebrar o invólucro da ordem vigente para atender aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, o “estúpido senso comum” que orienta as propostas educacionais no estado “prega habitualmente que é melhor o ovo hoje do que uma galinha amanhã”. Nesse sentido, a proposta de militarização se torna “um terrível navio negreiro dos espíritos” (Gramsci, 2004, p. 77).

Dessa forma, a hegemonia dominante ganha sustentação em um consenso, que universaliza os interesses e projetos de mundo dominantes, mantendo intocado o sistema de exploração. Por isso, a proposta de militarização de escolas controla a consciência de classe dos trabalhadores por meio da obediência e da inatividade política em prol da preservação da ordem instituída.

## REFERÊNCIAS

BOUTIN, A. C. B. D. *et al.* Relações entre as ocupações secundaristas e a implantação de escolas cívico-militares no Paraná. In: GROppo, A. A.; SALLAS, A. L. F.; SOFIATI, F. M. **A presença da felicidade**: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRB, 2022. p. 285 – 305.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Disciplina, ordem e pensamento aprisionado: a lógica das escolas cívico-militares. In: FOLTRAN, E. P.; RODRIGUES, M. F. **Efeito Bolsonaro na educação: análise crítica**. Ponta Grossa: ZH\$, 2023. p. 34 – 53.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. Três princípios, três ordens. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 76 - 84.